

## **Intervenção sobre a Proposta 671/CM/2016 - Assunção pelo Município da titularidade administrativa do serviço público de transporte operado pela CARRIS, Assembleia Municipal de Lisboa de 13 de Dezembro de 2016**

Com esta proposta a CML pretende assumir a titularidade da Carris, e como Os Verdes já tiveram ocasião de referir, temos as maiores reservas e críticas quanto a esta proposta.

A Carris opera em vários concelhos, não apenas em Lisboa. Ou seja, tem um âmbito territorial que extravasa a área do Município, pelo que não deve ser gerida tendo apenas em conta os interesses da cidade, esquecendo todos os outros municípios. Na nossa opinião, todos os meios de transporte da cidade devem ter uma gestão integrada, através de uma Autoridade Metropolitana de Transportes com poderes e meios efectivos, que inclua representantes do Estado, representantes das empresas, das autarquias da área metropolitana, dos trabalhadores e dos utentes.

A Carris é um elemento central da mobilidade metropolitana, uma vez que já a maioria das deslocações na região têm a cidade de Lisboa como destino ou ponto de passagem.

Em todos os debates sobre transportes que esta Assembleia promoveu, foi isso que defendemos e foi isso que constou das recomendações feita à CML.

Portanto, a gestão da Carris sob a responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa contraria completamente este princípio que consideramos ser o mais adequado e capaz de dar uma resposta eficaz ao desafio e aos problemas que os transportes na Área Metropolitana têm apresentado.

Do ponto de vista financeiro, temos também reservas. Está prevista a criação de um fundo de mobilidade urbana, de 15 milhões de euros, para financiar a sua gestão, suportado por receitas de estacionamento, multas de trânsito e do Imposto Único de Circulação. Mas estas receitas já hoje existem e têm sido necessárias para outras actividades, pelo que perguntamos se vai deixar de ser necessário canalizar estas receitas para onde têm sido canalizadas até agora?

É verdade que poderão ser equacionadas novas fontes de receita, mas este financiamento não pode vir dos utentes, principalmente quando já pagam tanto de impostos e quando está mais do que provado que um preço atractivo é uma condição essencial para que os transportes colectivos cumpram o seu papel e se apresentem como uma verdadeira alternativa ao transporte individual.

A Carris, assim como outras empresas de transporte, tem vindo a ser alvo de desinvestimentos e apresenta sérios problemas e carências, estando cada vez mais

afastada do que é um verdadeiro serviço público de transportes. Esta situação representa um esforço financeiro muito grande, mesmo sem o seu passivo, que se manterá no Estado.

Numa altura em que a Câmara de Lisboa se debate com vários problemas que não tem conseguido resolver, o executivo decide colocar no município mais um problema, o que é incompreensível.

Para além disto tudo, há ainda uma desresponsabilização do poder central na prestação de um serviço que se devia manter sob sua responsabilidade.

Há ainda outro aspecto que precisa de ser clarificado. Em determinado momento, o executivo quis fazer crer que havia apenas duas alternativas: privatizar ou municipalizar, o que não é verdade.

A mensagem que quiseram passar foi que mais valia a Carris municipalizada que privatizada.

Há sempre uma outra alternativa. A que Os Veres defendem e que nunca deixou de estar em cima da mesa e que passa por a Carris manter-se na esfera do sector empresarial do Estado, recebendo os meios necessários para prestar um serviço de qualidade aos utentes através do Orçamento do Estado, e coordenada por uma Autoridade Metropolitana.

Também nada garante que a entrega da Carris a apenas um dos Municípios da AML fecha as portas à possibilidade de uma concessão futura a privados, porque a cada mandato autárquico corresponde um executivo diferente. Para Os Verdes, municipalizar não é uma garantia contra a privatização!

Sobre os trabalhadores, quem nos garante que os seus direitos estão mais defendidos se a Carris for municipalizada, principalmente num cenário em que o Estado Central, ao deixar de assumir as suas responsabilidades financeiras para com os transportes públicos, vai trazer mais constrangimentos financeiros.

Falando das medidas concretas, não as consideramos negativas, mas consideramos que não tem lógica que sejam apenas para Lisboa ou só para a Carris, porque na cidade as deslocações são intermodais, incluindo outros transportes, como a CP e o Metro. Além disso, a sua aplicação não implica que a Carris tenha que ser municipalizada.

A par de tudo isto, o executivo entendeu assinar um memorando, sem qualquer informação fornecida à Câmara e a esta Assembleia. Recebemos um convite para assistir à cerimónia. Apenas isso. É inadmissível que a assinatura do memorando tenha acontecido sem qualquer apreciação e deliberação dos órgãos municipais.

Os Verdes continuam a considerar inaceitável que, todos nós, apenas tenhamos tido conhecimento dos conteúdos deste memorando pela comunicação social.

Há ainda uma questão sobre a qual o Sr. Presidente foi questionado pelos Verdes na última reunião, mas que achou por bem não responder.

Voltamos então a fazer a pergunta: na altura da assinatura do protocolo e do anúncio das alterações que o executivo pensa implementar a nível da rede da Carris, já tinha reunido com todas as juntas de freguesia da cidade, assim como com a Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa e com os concelhos limítrofes?

Uma nota final. O parecer sobre esta proposta apenas foi votado hoje na comissão pelas 14 horas e, no entanto, a proposta está já a ser discutida.

Até compreendemos a pressa da Câmara mas não concordamos com este procedimento, tal como tivemos oportunidade de referir ontem na Conferência de Representantes. Se a urgência era assim tanta, o executivo devia ter trabalhado no sentido de nos ter feito chegar esta proposta mais cedo. Esta Assembleia não pode andar a reboque das vontades e das pressas do executivo, porque de exceção em exceção vai-se generalizando uma prática que é errada.

**Cláudia Madeira**

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”